

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DO ATENDIMENTO DO ODS 11 VOLTADA PARA INFRAESTRUTURA DE SINALIZAÇÃO NA PRAÇA DA CRIANÇA EM MARABÁ – PA

SILVA, Estefany Santos da¹; MIRANDA, Thales Sousa de²; GONÇALVES, Gabriel Gilvander Tomaz³; SAMPAIO, Mila Correa⁴

¹UNIFESSPA, fany.pbs@gmail.com; ²UNIFESSPA, thales.smiranda@gmail.com; ³BARBOSA MELO, gabrielgilvandertg@hotmail.com; ⁴UNIFESSPA, mila@unifesspa.edu.br.

Eixo Temático: Cidades e Comunidades Sustentáveis

INTRODUÇÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, representam um conjunto de metas globais para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem paz e prosperidade até 2030. O ODS 11, que visa tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, possui uma submeta específica, a ODS 11.7, que busca proporcionar acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos e acessíveis, particularmente para mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência (ONU, 2015).

A inclusão social é um princípio fundamental que visa garantir que todas as pessoas, independentemente de suas capacidades físicas, tenham acesso igualitário a espaços e serviços públicos. No Brasil, a Constituição de 1988 assegura o direito de ir e vir a todos os cidadãos, enfatizando a importância da mobilidade e da acessibilidade como direitos humanos essenciais (Brasil, 1988). No entanto, a realidade enfrentada por muitas pessoas com deficiência revela uma lacuna significativa na acessibilidade, que se manifesta em barreiras físicas e sociais que dificultam a plena participação na vida urbana.

As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) desempenham um papel crucial na promoção da acessibilidade e inclusão social. A ABNT NBR 9050:2020 estabelece diretrizes para a acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, visando garantir que todos possam utilizar esses ambientes com segurança e autonomia. Dentro desse contexto, o presente estudo foca na praça da Criança, localizada em Marabá- Pará, com o objetivo de analisar a infraestrutura de sinalização existente, verificando sua adequação aos parâmetros de acessibilidade e segurança preconizados pela ODS 11.7. A relevância desta pesquisa reside na necessidade de espaços públicos que garantam o direito de todos os cidadãos ao uso seguro e inclusivo, conforme estabelecido no Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001) e nas diretrizes de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 9050:2020).

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada para este estudo foi qualitativa e quantitativa, envolvendo uma análise de campo e revisão bibliográfica para obter uma melhor análise. A pesquisa *in loco* foi realizada em agosto de 2024, onde foram coletados dados referentes à infraestrutura de sinalização. Para isso,

Anais da I Feira de Ciências Naturais da UEPA/IFPA-Rural em Marabá: Ciência e Sustentabilidade

foram utilizados instrumentos de observação direta, como *checklist* baseados nas normas, e registros fotográficos para documentar as condições observadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para este estudo, foi selecionada a praça da criança André Barbosa, que pode ser encontrada em uma rotatória. Está localizada no núcleo Nova Marabá entre as folhas 29 e 17, no endereço Avenida Ve-Dois, 1801 - Vila Militar Presidente Médici, Marabá-PA.

Figura 1. Área de estudo. **Figura 1a:** Perímetro municipal de Marabá. **Figura 1b:** Rotatória da praça da criança.



Fonte: Autores, 2024.

Em primeira instância, ao analisar a praça, os resultados indicam que, embora a Praça da Criança possua alguns elementos de sinalização, como placas indicativas e faixas de pedestres, a infraestrutura apresenta deficiências significativas no que se refere à acessibilidade universal (Figura 2).

Figura 2. Situação da praça. **Figura 2a:** Desnível da calçada e rampa de acesso 1. **Figura 2b:** Rampa de acesso 2. **Figura 2c:** Rampa de acesso 3 sem sinalização. **Figura 2d:** Rampa de acesso 4. **Figura 2e:** Rampa de acesso 5 quebrada. **Figura 2f:** Calçadas quebradas.



Fonte: Autores, 2024.

As calçadas, em muitos pontos, apresentam grandes desníveis e são quebradas, apresentando sérios riscos para pessoas idosas, mulheres e crianças, e carecem de rampas adequadas, pois elas estão fora da regulamentação, visto que, as rampas estão quebradas impossibilitando o uso adequado para

Anais da I Feira de Ciências Naturais da UEPA/IFPA-Rural em Marabá: Ciência e Sustentabilidade

pessoas com mobilidade reduzida. Além disso, a sinalização tátil, essencial para a inclusão de pessoas com deficiência visual, é inexistente em todo o espaço, assim como a sinalização auditiva comprometendo a acessibilidade, e aumento dos riscos de acidentes, especialmente para grupos vulneráveis como evidenciado em análise comparativa com a literatura.

Diante do que foi analisado, torna-se essencial implementar medidas que garantam a acessibilidade em todos os espaços públicos, incluindo a instalação de rampas de acesso e a criação de pisos táteis. Essas ações são fundamentais para promover a inclusão social e assegurar que todas as pessoas, independentemente de suas capacidades físicas, possam usufruir dos ambientes urbanos de maneira segura e confortável.

CONCLUSÕES

Este estudo contribui para a compreensão da importância da infraestrutura de sinalização na promoção da acessibilidade e segurança em espaços públicos, alinhando-se aos objetivos do ODS 11.7. Concluindo que, a infraestrutura de sinalização da Praça da Criança em Marabá-PA, não atende integralmente aos requisitos estabelecidos pelo ODS 11.7, evidenciando a necessidade urgente de intervenções que garantam a adequação à norma vigente, sendo essencial para que a praça possa servir como espaço público acessível a inclusão e o direito de todos os cidadãos, em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Como sugestão para novos trabalhos, recomenda-se que futuras pesquisas analisem e divulguem a infraestrutura de sinalização e sua adequação com a ODS 11.7 em espaços em construção, como o projeto da Av. Ve-três com a PA-150. A obtenção da planta do empreendimento pode facilitar essa análise, permitindo uma avaliação mais precisa das condições de acessibilidade planejadas. Além disso, é recomendável expandir a pesquisa para outras áreas, realizando estudos comparativos que possam identificar as melhores práticas e as deficiências em diferentes contextos. Essa abordagem pode incluir a análise da acessibilidade da Praça da Criança sob a perspectiva de outras normas de acessibilidade, como as diretrizes da ABNT NBR 9050:2020, que estabelece critérios para garantir que todos os cidadãos possam usufruir dos espaços públicos de forma segura e autônoma.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 de agosto de 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York, 2015. Versão BR, Governo Federal: Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pf. Acesso em: 10 de agosto de 2024.

MARABÁ. Informações sobre o município. Disponível em: <https://www.maraba.pa.gov.br>. Acesso em: 10 de agosto de 2024.